

# A condição feminina e suas historicidades

## Ao Sul do Corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil-Colônia

DEL PRIORE, Mary.

Rio de Janeiro: Edunb/José Olympo, 1993.

O livro da historiadora Mary Del Priore vem somar-se à vasta bibliografia sobre história da família e das mulheres acumulada, de vinte anos para cá, tanto no Brasil como na Europa e nos Estados Unidos. Condensa, ao longo de mais de trezentas páginas, informações interessantes, tiradas de documentação original, amplas citações bibliográficas e uma diversidade de pontos de vista sobre as mais variadas questões relativas à maternidade e ao corpo feminino no Brasil colonial.

Folheando o livro, o(a) leitor(a) terá acesso a uma gama ampla de pormenores os mais variados sobre costumes sexuais, práticas, discursos, imagens, como esclarece a autora na introdução. Ficarão sabendo de variantes do *coitus interruptus* praticado na Colônia, poderá julgar tanto das posições mais ortodoxas do fazer amor nos séculos passados, como das menos recomendadas pela Igreja. Terá acesso a segredos de alcova paulista do século XVIII. Saberá que Angélica Maria da Assunção apesar de grávida foi agredida com pancadas na barriga por seu marido que a forçou em seguida a ir lavar roupas no rio Tietê (p. 63); que a mulher doente e com febre tinha direito a esquivar-se dos deveres de esposa, porém não assim se tivesse apenas dor de dente ou enxaqueca (p. 148); que a poluição do homem provocada por meros pensamentos ou fantasias não era pecado (p. 150), mas que mesmo entre casados o sexo que não se destinava à procriação era proibido...

No confessionalário de Frei Francisco Larraga sondavam-se as mais pertinentes nuances do

desejo e das carícias, desde as mais diretas nas genitálicas às mais inocentes, norteando-se as comissões do tato que "resultaria de tocar uma coisa suave, como um tafetá ou veludo" (p. 146). As mulheres eram valorizadas pela sua capacidade de procriar (p. 158), de modo que, mesmo nas relações de concubinatos, eram muitas vezes abandonadas sob acusação de inférteis ou infecundas. Contra o "amor insano" se recomendava passar uma erva conhecida como morvão ou tintura de antimônio nas partes sexuais (p. 161). O leitor terá outrossim acesso a toda sorte de receitas sobre males e infecções da madre, doenças venéreas ou rezinhas para conquistar marido.

Trata-se de livro informativo, interessante e que certamente terá um amplo público leitor, sem dúvida muito útil pela imensa diversidade de dados e de citações de documentos e de bibliografia que reúne. É, no entanto, de lamentar que não seja um livro escrito de um ponto de vista crítico e interpretativo. Apesar do imenso fôlego da pesquisa, ressentem-se, de forma drástica, da falta de diálogo da historiadora com suas fontes de um lado e com a própria bibliografia feminista de outro.

A pouca interação crítica com as fontes prejudica muito o valor acadêmico deste trabalho. As fontes mais diversas foram consultadas e são devidamente citadas, porém sem a elaboração das mediações que permitam a sua contextualização na época precisa a que se referem, como a própria autora admite na introdução. A perspectiva crítica deixa a desejar, assim como um levantamento de problemas a partir de um ponto de vista mais contemporâneo em mais engajados sobre questões tão candentes como a da maternidade, do corpo e da sexualidade das mulheres. Faltam a indagação inquieta, as problematizações da atualidade e o enfoque da historiadora a partir de um ponto de inserção mais preciso na sua atualidade a fim de vencer a distância e aprovel-

tar melhor o convívio das fontes para um diálogo mais produtivo e mais preciso no tempo e no espaço. Não falta a paixão dos arquivos, porém esta vem justamente prejudicar o ofício da historiadora, que se deixa levar pelos documentos, empolgada com o que dizem de modo que não os contesta, nem contextualiza. Pelo contrário, abandona-se a uma leitura passiva, a ponto de reproduzir em seu livro a forma do conhecimento enciclopédico do século XVIII. Resulta um trabalho mal construído portomar antes a forma de um saber cumulativo, erudito, repetitivo, do que de um estudo que problematize perspectivas e problemas a partir da contemporaneidade atribulada em que vivemos. É o que dificulta a leitura tão rica de informações sobre a Ideologia normativa da Igreja e da Medicina acerca da sexualidade, da genitália, do parto, dos abortos.

Ao lançar-se ao estudo da mentalidade colonial sobre a sexualidade feminina e ao estudar a mulher no projeto colonizador da Igreja, a historiadora perde-se em generalidades e deixa de elaborar o próprio pano de fundo do seu trabalho. Atroia dados, informações pontuais e específicas sobre o casamento, a fertilidade, os costumes sexuais, as doenças do útero, porém não os contextualiza devidamente no tempo e no espaço. Na introdução, a autora acena vagamente para um estudo de permanências e da longa duração, porém não se encontra no livro a menor intenção de um estudo estruturalista: a autora não denomina seus signos, nem constrói simetrias. Neste livro, desaparecem os regionalismos do Brasil colonial, nada é adiantado sobre o papel efetivamente exercido pela Igreja no processo de colonização e de povoamento. Tantas informações tiradas de documentos nos arquivos, tantos dados de bibliografia francesa mais atual sobre o projeto de dominação da Igreja e a domesticação do corpo da mulher - de contextualizados de seu tempo e do meio a que se referiam, de modo que nunca sabemos a que conjuntura específica se referem termos amplamente usados como Renascimento, Idade Moderna, Antigo Regime. As ilustrações que são um dos pontos de grande atração do volume dizem respeito a diferentes épocas da História da Europa, são resultado de uma pesquisa nas coleções das bibliotecas francesas e apesar da dificuldade real de encontrar documentação iconográfica para o Brasil Colonial nada há no texto que justifique a sua presença no livro. Nem um comentário interpretativo, nenhuma tentativa de confronto

ou de comparação com a iconografia portuguesa. Existem, por outro lado, no correr do trabalho inúmeras menções ao Concílio de Trento e mesmo à "fredentização das mulheres" sem o menor cuidado de analisar as mediações entre o centro de decisões da Igreja em Roma e a sua efetiva implementação na Colônia.

Os documentos e a bibliografia citados no trabalho se referem a um longo lapso de tempo, de três séculos, caracterizados pela historiadora de forma genérica como "a Idade Moderna", sem definir momentos específicos, sem estudar a efetiva presença da Igreja na Colônia e como variava sua influência de capitania a capitania. Qual o alcance efetivo das decisões do Concílio de Trento no litoral do açúcar ou em São Paulo do século XVII ou nas minas do ouro do século XVIII? Como se relacionava a população feminina com os párcos e como tomavam conhecimento das fontes citadas, que se referem muitas vezes à Igreja em França, na Itália, outras a Portugal. Entre a política da Contra-Reforma em Roma, em Paris ou em Lisboa havia imensos abismos de tempo e de eficaz alcance no dia a dia da sociedade. As relações Igreja e Estado passavam em Portugal pelo costume do Padroado, que transformava o clero secular português em uma repartição pública da Coroa. A Igreja no Brasil tinha uma presença mais efetiva nos portos açucareiros do litoral, onde chegava a exercer um papel significativo no mandonismo local das elites, porém já no agreste ou no sertão da Bahia e Pernambuco via-se consideravelmente reduzida em gente e na organização eclesial. Em São Paulo, somente após 1840 é que a Igreja começou a combater a organização solta dos padres que se tinham como funcionários do Império e membros de uma Igreja antes local do que ultramarina, como passaria lentamente a ser no correr do século XIX.

Tudo isto tem importância decisiva na avaliação do alcance de uma política de repressão religiosa sobre costumes sociais e sexuais das mulheres no Brasil-Colônia. As referências ao projeto de colonização da Igreja deixam muito a desejar quanto a sua contextualização na época. Há no livro de Mary Del Priore uma cronologia vaga, que se estende do século XVI ao XVIII como se fosse uma mera questão de Intensidade de atuação evolutiva. Esta linearidade não existiu, nem a política de dominação dos saber da Igreja e da Medicina anclaram no mesmo ritmo, indiferentemente, através dos séculos de colonização. A inserção das mulheres

na sociedade variou drasticamente de região a região da colônia. A repressão da Igreja se faria sentir conforme o processo de consolidação das hegemonias políticas do mandonismo local de modo que muito do que aflora nos processos de divórcio da Mesa Eclesiástica em São Paulo teria de ser lido através justamente dos interesses das elites locais. Há anacronismos no livro de Mary Del Priore, tanto nas referências por demais genéricas ao que era considerado pecado, ao seu papel no processo de construção do homem moderno (cf. Robert Muchembled), como também no que se refere ao saber médico na colônia. Note-se a referência à página 30 ao "médico como criador de conceitos ao mesmo tempo que descobridor de fatos".

Médico antes ou depois da Reforma da Universidade de Coimbra? Em geral nas localidades do Brasil colonial somente passaríamos a realmente impor-se às parteliras e curandeiras locais depois da independência e na medida da fundação das escolas de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia. Por outro lado, a construção de comportamentos normativos que realmente interferissem na vida das mulheres dependeria da consolidação do processo de europeização das elites locais das várias regiões do Brasil colonial e a historiadora pouco se ocupa com a sociedade local, que não chega a realmente aparecer no seu livro. O estudo permanece estrutural e pensado "na longa duração", de modo que maternidade e sexualidade seguem parâmetros colhidos na leitura de Michel Vovelle e demais historiadores franceses dos *Annales* sobre mulheres e família na modernidade européia.

Entretanto, a historicidade de um discurso normatizador requer a elaboração da temporalidade de suas mediações sociais. Discurso e sociedade não podem ser desvinculados como se o fato de terem origem no século XVI na Europa ou na corte de D. João III garantissem a sua eficácia na Bahia ou em Pernambuco, ao raiar do século XVII. À página 122, por exemplo, a historiadora passa de uma citação de Fénelon, em 1687, acerca do papel de submissão da mulher ao seu marido no contexto "da Igreja e do Estado modernos". Não remete sequer o leitor à França do século XVII e, ao citar o espanhol Arcenlaga, tem em mente a influência salutar ou pernicioso da mulher "na família e na sociedade". Nada sobre a circulação das leituras e do âmbito de alcance dos discursos normatizadores europeus nas várias colônias portuguesas do Brasil nos séculos XVI ao XVIII. A historiadora não julga pertinente questionar a

periodização a que se refere.

Alguns parágrafos adiante arrola três manuais religiosos: *A Perfeita Casada* de João de Barros (1583), o *Espelho dos Casados* de Diogo de Paiva Andrade (1630) e a *Carta de Guiados Casados* de Francisco Manuel de Melo, da segunda metade do século XVIII. Cada um deles circularia em Portugal em contextos históricos diferenciados, se bem que todos chegaram a uma ou outra biblioteca das elites brasileiras. Caberia alguma atenção para o problema da circularidade das leituras, dos textos e da temporalização destes valores importados nos diferentes meios sociais do Brasil-Colônia.

Logo adiante na mesma página 122 a autora escreve: "A mãe passou a ser uma auxiliar do sacerdote e uma representante da legislação". Fato que certamente nos desloca para fins do século XIX em plena transição do Império para a República ou para a década de vinte da República Velha, quando a mulher inserida na vida urbana do Rio de Janeiro, de São Paulo ou Salvador passou a sofrer mais diretamente o impacto da religião católica ultramontana e a assumir os valores de uma cidadania mais atuante de moralização propriamente burguesa. Era o que inexistia na colônia a que se refere o estudo de Mary Del Priore, que extravasa por exemplo, à página 58, os valores da família doméstica burguesa para os inventários paulistas do século XVII, ao atribuir o reconhecimento de filhos bastardos ao início de um "sentimento de privacidade, de valorização da família", que certamente seria difundido entre nós a partir de meados do século XIX, quando a burguesia cafeeira foi importando valores burgueses mais urbanos e europeizados.

Talvez, no contexto de uma resenha na *Revista Estudos Feministas*, seja mais importante assinalar a falta de comprometimento com os estudos propriamente feministas das mulheres que marca o livro em questão. Atualmente no Brasil existe uma pluralidade de direções nos estudos sobre as mulheres e lamentavelmente muitos nada têm a ver com a crítica feminista. Mary Del Priore identifica-se com a valorização da missão biológica da mulher e refere-se mesmo à maternidade como a uma forma de "emancipação biológica", graças à qual as mulheres do Brasil-Colônia enquanto mães, apesar de domesticadas por um discurso normatizador, acabavam colhendo benesses como mulheres casadas e mães. O fato é que, ao voltar-se para a história do discurso normatizador da maternidade e seu impacto sobre práticas tradicionais femininas, a autora

ênfatisa a persistência de uma cultura propriamente feminina, caseira, reclusa e doméstica, que valoriza enquanto resistência das mulheres face ao discurso da Igreja e do Estado. Este aspecto mereceria uma explicitação mais cuidadosa pois remete a uma tendência do feminismo contemporâneo perigosamente reacionária em seu apego ao passado e ao reforço de diferenças biológicas e culturais da mulher enquanto reprodutora. Esta consiste na principal intenção deste livro, que reforça os valores que segregaram a mulher de um convívio social mais igualitário com os homens e enfatiza uma natureza biológica feminina (p. 19). A maternidade seria uma forma de as mulheres exercerem poder e auferirem vantagens na sociedade colonial. Refere-se a historiadora a uma suposta revanche das mulheres que enquanto mães e pois valorizadas como reprodutoras puderam assim garantir ao menos o seu espaço doméstico numa sociedade patriarcal e androcêntrica que as expulsava do espaço público (p. 38, 46, 100, 176 etc).

A Maternidade Como Espaço de Revanche assinala mais uma dentre várias incoerências no modo de pensar a questão das mulheres na sociedade colonial. O fato é que a autora endossa o processo de dominação das mulheres brancas e de elite ao valorizar o casamento e a maternidade de filhos legítimos (p. 100), assim como não hesita em endossar as benesses da medicina acadêmica dos homens contra o primitivismo dos conhecimentos tradicionais das parteiras mulheres (p. 220): "A Igreja, por meio da fé e da piedade cristã, emergia como doutor deste corpo, poderoso por suas gestações mas combatido por seu desgoverno, terminando por salvar a mulher adoentada ao substituir uma cura mágica provida por uma benzedeira, por outra milagrosa feita por Nossa Senhora" (p. 22). À página 140 endossa a autora os argumentos moralistas da Igreja contra o concubinato e o "amor demasiado" e afirma que: "Tornar-se uma santa esposa e mãe permitir-lhe o respeito, a mobilidade social e a segurança tão almejadas pelas populações femininas não integradas nos ditames tridentinos" (p. 141). De forma um tanto confusa, endossa chavões e elege o útero como ponto fulcral de análise da cultura propriamente feminina. Oscila às vezes ao apontar esta cultura tradicional e caseira das mulheres e das vizinhanças a um espaço de solidariedade e de resistência contra o discurso normatizador da Igreja, do Estado e dos médicos. "Entre devassa e santa, a mulher não tem escolha" (p. 188).

Reconhece, entretanto, que a domesticação do útero implicava em negar às mulheres o controle sobre o seu próprio corpo e sobre a sua própria sexualidade (p. 106 e 121). Ao enfatizar a oposição do bem e do mal, na mulher santa ou prostituta, acaba por sobrepor o fenômeno da maternidade ao problema das classes sociais. As mulheres mães seriam valorizadas independentemente de sua cor e da classe social a que pertenciam. "Figura poderosa tornada estereótipo, esta mulher, sendo branca, negra ou mulata, pobre ou rica, detém um enorme patrimônio de poderes informais. O seu avesso, a 'mulher da rua', faz o contraponto necessário para lembrar que uma não existe sem a outra, e que, se por tanto tempo um certo processo de normatização conseguiu distingui-las nos menores detalhes, o ideal é que se reunissem os defeitos e qualidades de ambos os papéis num só" (sic).

Talvez por incoerência ou descuido, a autora dedica seu livro "ao estudo da construção da santa mãezinha como um sólido valor ideológico", acrescentando à página 19: "Mas quero sublinhar: à luz dos valores e dos papéis sociais que existiam então a escolher (sic), a realização do gênero feminino residia apenas e exclusivamente na maternidade".

Ao *Sul do Corpo* descuida-se de elaborar a inserção das temporalidades de classe social no estudo das mulheres na sociedade colonial: "Enquanto mães ideais e em contato com os projetos epistolares nutridos pela Igreja, as mulheres, sem detê-lo diretamente, flutuaram no poder que emanava de tais imagens. A maternidade foi assim o espaço onde mães e mulheres organizaram a sua revanche contra uma sociedade misógina. Foi o nicho onde se abrigaram contra a exploração doméstica e sexual, que se traduzia, no mais das vezes, em humilhações, abandono e violência. Com essas características, a maternidade apagava as diferenças raciais, culturais e econômicas mais candentes. E prestava-se a ser o instrumento de integração do gênero feminino ao projeto colonial" (p. 46). Ignora a maternidade por estupro de muitas mulheres índias, assim como a dificuldade imensa das escravas para se tornarem mães.

Da mesma forma também se descuida a historiadora, ao utilizar amplamente a *hístorigrafia francesa da família e da mulher*, de trabalhar as nuances de sua inserção diferenciada em sociedades muito distintas. Talvez este seja o principal senão deste estudo sem dúvida amplo e informativo: o descuidar-se de inserir o

discurso de gênero na sociedade e um despreparo metodológico que impede a autora de trabalhar a questão do gênero e do discurso normatizador da Igreja em suas temporalidades históricas. Ao deixar de historicizar devidamente os conceitos com os quais lida, resvala para

estereótipos e generalidades que endossa e que não chega nem a desmistificar nem a contextualizar devidamente no tempo e nos regionalismos do Brasil-Colônia.

MARIA ODILA SILVA DIAS ■

## Uma biografia de emoções

### Anna Freud: Uma Biografia

YOUNG-BRUEHL, Elizabeth (tradução de Henrique Araújo Mesquita).

Rio de Janeiro: Imago Editora, 1992.

Já em *Agradecimentos e Notas* sobre as fontes, e no primeiro parágrafo da *Introdução*, este belo livro de Elizabeth Young-Bruehl nos dá a essência do que será esse contato com Anna Freud. Em *Notas*, a autora nos assegura que não vamos nos aventurar por mais uma biografia tendenciosa, como as muitas versões sobre Freud, plenas de suposições, rumores, sensacionalismo. A autora estipula normas para aquilo a que vamos ter acesso - correspondência não publicada, o diário de Manna Friedmann, professora da creche de Hampstead que ajudou a cuidar de Anna Freud nos seus últimos anos de vida, entrevistas com contemporâneos de Anna, como Anny Rose Kafan, Jeanne Lampl de Groot, Josefina Stross, Anna e Anton Kris, filhos de Marianne e Ernst Kris - assim como estabelece quais os contatos e entrevistas que não foram utilizados na biografia (por exemplo, as entrevistas com pessoas analisadas por Anna Freud). Tais dados mostram o rigor do trabalho de campo.

O primeiro parágrafo da *Introdução* dá o tom do texto. Introduce a história de Anna Freud com datas, local etc, e nos dá a conhecer uma outra história, aquela contada pela própria Anna, como quando diz que ela e a Psicanálise foram irmãs gêmeas que disputaram a atenção do pai. Os dados biográficos vão sendo tecidos pelo sentido que Anna vai dando a sua vida. Aí parece que a autora faz jus à referência de ter utilizado a Psicanálise como seu método quando da feitura desta "vida e obra".

Tentador seria, sendo a personagem em questão a filha mais nova do pai da Psicanálise, sua sucessora profissional, a filha que com ele

ficou até a velhice, basear sua biografia nessa relação, onde o gênio de Sigmund Freud seria o responsável por todas as vicissitudes da vida de Anna. Também tentadora seria a idéia de se utilizar selvagemmente a Psicanálise, e dar ao leitor uma interpretação de cada esquina da vida de Anna. Mas, o que temos neste livro é a história da jovem caçula de seis filhos, às voltas, não só com o genial pai, mas com a beleza da irmã Sophie, com a distância da mãe Martha, com dificuldades financeiras. Às voltas não só com a análise realizada pelo seu próprio pai - motivo de especulação e sensacionalismo ainda hoje, em plena virada do século - mas também às voltas com seus desejos, suas fantasias, seus ciúmes, suas histórias diurnas, sua "bondade e altruísmo", material de sua análise formal e auto-análise ao longo de sua vida, material este até então disperso nas suas correspondências não publicadas e nos seus artigos psicanalíticos. Heinz Hartmann, na época da discussão sobre a publicação da correspondência de Sigmund Freud com Fliess, dissera que a "história da criação da Psicanálise é, ao mesmo tempo, a história da crise do seu criador". Esta bela biografia de Anna Freud acompanha com clareza suas crises, sua análise e sua criatividade.

Anna Freud nasceu em Viena, em 1895, sexta filha do jovem casal Sigmund e Martha Freud. Apesar de criada por duas mães, Martha e Minna Bernays (irmã de Martha que foi morar com a família quando Anna contava um ano), foi à sua babá católica, Josefina, que Anna se referiu como sua "zeladora primordial", sua "mãe psicológica", "minha velha babá, a relação mais antiga e mais autêntica da minha infância", como escreveu aos 29 anos a um amigo. Foi com Josefina que Anna sentiu-se a favorita, a filha única, tema relevante em toda sua análise, em toda sua vida. O livro caminha pela infância da pequena Anna, contadora de histórias que tanto agradavam ao seu adorado pai.

Adolescente, já conflituada, às voltas com fantasias plenas de violência, masturbação e culpa.

Em 1919, inicia sua primeira análise com o pai, a qual vai durar quatro anos, padrão longo para a época. Anna diz que se concentrou em combater as fantasias e sonhos diurnos que inibiam seu trabalho e carreira, e neste sentido foi uma análise bem sucedida pois, sempre segundo Anna, permitiu-lhe "transformar a atividade fantasiada e os sonhos em pleno dia em atividade de escrever". A segunda fase de sua análise, ainda com Freud, deu-se em 1924 e 1925. *Agora analista praticante*, Anna tinha mais consciência das dificuldades e complexidade de sua situação analítica. Ostópicos desta análise foram seu "complexo de masculinidade", seus ciúmes e o que chamava de sua bondade. O livro nos faz acompanhar a análise de Anna, suas reflexões e os momentos da criação da Psicanálise. De maneira interessante e lúcida, a autora traça uma possível relação entre a criação do artigo de Freud "Uma criança é espancada" e a primeira análise de Anna, enquanto a segunda fase de sua análise com o pai é contemporânea ao artigo "Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos". Neste artigo, Freud dá ênfase ao fato de que o complexo de masculinidade, ou inveja do pênis, de uma jovem mulher, perturba suas relações com a mãe e irmãs, tema central desta análise. As *correspondências e artigos* psicanalíticos de Anna Freud vão nos desvendando o prosseguimento de sua análise com Max Eitingon e Marie Bonaparte, seu amadurecimento profissional, suas relações afetivas e a perda do pai em 1939. *Mais uma vez crise e criação*. E o prantear o pai e o lar perdido em Viena lhe dão um novo entendimento da Repressão e da Amnésia Infantil, temas centrais de seu belo ensaio "Sobre perder e estar perdida".

Sua biografia nos revela uma mulher com profundas e fecundas amizades femininas, como foram Lou Andreas-Salomé, Eva Rosenfeld, Marie Bonaparte e Dorothy Burlingham, com quem Anna dividiu sua vida, sua casa de campo, tendo sido sua grande companheira até a velhice. Frau Lou parecia sintetizar para Anna "cabeça e beleza", conflito vivido com sua bela irmã Sophie. Marie Bonaparte foi sua amiga, confidente e analista na fase mais madura de sua vida, com quem Anna dividiu os sonhos da época do luto do pai. Interessante como o livro nos mostra algo em comum nestas mulheres em suas relações com Anna - *aceitavam e compreendiam que o mais forte sentimento de*

*Anna sempre seria para com o pai. Não sem conflito, pai e filha viviam esta relação próxima e complexa. Freud escreveria a Frau Lou, durante uma viagem de Anna a Berlim: "Também sinto muito a falta de minha filha Anna. Ela partiu para Berlim e Hamburgo em 2 de março. Faz muito tempo venho sofrendo porque ela ainda está em nossa companhia, gente velha, mas por outro lado, se ela realmente tiver que partir, eu me sentiria tão frustrado como me sinto agora, como me sentiria se tivesse que deixar de fumar!* Enquanto estamos todos juntos, não se compreende isto claramente, ou, pelo menos, nós não compreendemos. Portanto, tendo em vista todos esses conflitos insolúveis, é bom que a vida chegue ao fim, mais cedo ou mais tarde".

A vida realmente chegou ao fim para Anna e suas pessoas queridas. Mas sua biografia nos revela não só a *labuta diária* com aqueles "conflitos insolúveis", como também sua vitalidade e criatividade, utilizando a Psicanálise na solução dos enormes problemas sociais dos dois períodos de guerra. Anna sempre quis assegurar que a Psicanálise não fosse uma terapia reservada aos ricos, e que sua aplicação se ligasse a instituições progressistas de educação e orientação de crianças. Neste sentido, o livro nos mostra, por exemplo, a revolução instituída na creche de Hampstead, durante a Segunda Grande Guerra, quando Anna Freud e Dorothy Burlingham decidiram reorganizar a população da creche em grupos semelhantes a famílias de quatro ou cinco crianças e uma "mãe" - as "famílias substitutas". Os resultados foram imediatos e em pouco tempo surgia algo como uma vida normal de família com todos os benefícios previstos para a vida emocional das crianças. Sua vitalidade e criatividade também podem ser acompanhadas nas suas atividades dentro das Sociedades Psicanalíticas da época, nas famosas discussões com o "grupo Kleiniano" e na sua luta contra os preconceitos contra analistas leigos e analistas de crianças.

Anna Freud viveu com profundidade cada aspecto de sua vida, e, talvez por isso, a leitura desta sua biografia, escrita como se tivesse sido contada por ela, é uma experiência de emoção e inspiração.

MÔNICA MARQUES TENENBAUM ■

# Facetas do feminino

## Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista

GREGORI, Maria Filomena.

São Paulo: Paz e Terra/ANPOCS, 1993.

De fevereiro de 1982 a junho de 1983, Maria Filomena Gregori participou de todas as atividades desenvolvidas pelo SOS-Mulher de São Paulo, instituição criada por um grupo de feministas com o intuito de atuar junto às mulheres vítimas de violência. Durante meses, como militante feminista e observadora participante, ela registrou o comportamento de mulheres de diferentes idades, cores, condição social e ambiente cultural, tanto militantes quanto suas "clientes".

Discussões, entrevistas, diálogos, relatos, confissões e queixas alimentaram a sua reflexão de etnóloga em duas áreas, estruturando a sua análise e, conseqüentemente, o livro, em duas partes.

Na primeira, quando examina a prática feminista de conscientização, ela compara e confronta as proposições feministas e as concepções das mulheres que sofrem violência. Na segunda parte, em que se debruça sobre a violência conjugal, rejeitando a dualidade redutora entre algo e vítima, entre marido agressor ativo e mulher agredida passiva, Gregori recupera as ambigüidades e tensões nas relações entre os papéis de gênero, sinalizando nesse dinamismo a participação das mulheres como parceiras ativas em relacionamentos nos quais a violência assume significados variados.

Instigante, o livro revela, nas duas partes, uma gostosa ponta de atrevimento, pois a autora decidiu assumir riscos: ela é feminista, porém sem irrestrita solidariedade para com as mulheres; e ainda ataca a espinhosa discussão da violência conjugal pelo viés inusitado do erotismo. De um lado, ela enfrentou com maestria a discussão da prática política feminista, num momento em que o movimento tem uma legitimidade sócio-política ainda muito frágil, mas justamente quando é preciso que, além das suscetibilidades, o feminismo brasileiro se renove. Do outro, ela

olhou para um dos seus objetos, as mulheres vítimas de violência, com propostada ausência de compaixão e, quando necessário, lançou mão de estereótipos teóricos presentes em autores pouco procurados pelos cientistas sociais, como Georges Bataille, ou ainda os *enfants terribles* da literatura, como Louis-Ferdinand Céline e o Marquês de Sade.

Outro encanto do livro reside numa feliz junção entre os fatos analisados e a forma de narrar a própria análise. Bem escrito, o texto tem ritmo, os capítulos/cenas o recortam como um roteiro cinematográfico, o que permite que conservemos do início até o fim a sensação de "estar aí", seja no SOS-Mulher, seja nos quartos dos casais, logo atrás do buraco da fechadura. Gregori nos torna *voyeurs* de uma série de relações, de interações e de entrelagos entre mulheres, ou entre mulheres e homens.

Antropologia é isso, dirão, o "bom" etnólogo é aquele que sabe revelar, levantar véus; é graças a ele que sabemos, até que enfim, tudo sobre os Nuer, os Araweté, as gangues de rua etc. Só que neste livro as mulheres, feministas ou não, encontram a sua própria intimidade, estão forçadas a se olharem no espelho.

Embaraçadas (Indignadas?) *voyeuses* de nós mesmas, assistimos na primeira parte do livro às cenas/análises da vivência cotidiana do SOS-Mulher: militantes feministas entre si (a descoberta entusiasta da possibilidade da prática política com afeto e sensibilidade); militantes feministas e mulheres vítimas de violência (a inauguração precipitada de um atendimento equivocado e por demais "onisciente"); mulheres vítimas de violência entre si (o espanto das feministas frente ao conflito físico entre duas das "vítimas").

Nalinha dos estudos sobre os "movimentos sociais", seus "novos atores" e sua "identidade", Maria Filomena tece, com esmero e precisão, a crítica à atuação do SOS-Mulher em relação à sua clientela, retomando um a um os pressupostos que fundamentavam essa prática, exemplificando e discutindo as razões de sua inadequação à realidade sócio-cultural do momento.

Dispostas a **conscientizar** as mulheres quanto à dominação e opressão masculina da

qual são vítimas, através de uma conversa em que fossem compartilhadas "vivências particulares e revelados desejos ocultos", e assim promovido um clima de solidariedade e de confiança entre elas, não se deram conta as feministas de que seria impossível transformar, em poucas reuniões de atendimento, a consciência das mulheres que iam ao SOS. Estas (45% das quais eram empregadas domésticas e donas de casa de camadas médias e baixas) buscavam uma ajuda imediata para não mais apanhar dos seus maridos, mas não forçosamente o rompimento de relações nas quais encontravam ainda algum benefício.

Muito mais do que uma barreira de classe dificultando o diálogo entre atendentes e atendidas, Gregori mostra que o descompasso entre a recusa ao assistencialismo por parte das primeiras e a procura desesperada do mesmo por parte das segundas foi um dos fatores determinantes do fracasso do SOS: 90% das "vítimas" jamais voltaram aos plantões. Na hora da crise, o essencial para elas não era transformar prontamente suas práticas cotidianas e tentar reverter a desigualdade social entre os sexos. "Mudar a cabeça" ou "explodir os valores", talvez... Porém, antes, o que elas queriam encontrar era um abrigo onde se refugiar com os filhos. Mas isto não estava contemplado pelo SOS de São Paulo, concentrado, naquele momento, em "essencializar" a condição feminina pela opressão masculina.

A rigorosa etnografia do SOS-Mulher traz argumentos importantes para que o movimento feminista tente lidar com sua "enorme dificuldade em compreender as diversas circunstâncias que recortam a vida das mulheres", mesmo que pertençam à mesma classe, tenham a mesma cor ou a mesma idade.

A segunda parte do livro prossegue com o esquadramento dos argumentos feministas, agora sobre a violência doméstica, opondo-os às concepções das mulheres vítimas dos seus cônjuges.

Recontando as "queixas" e reconstruindo, numa sucessão de *fade-in* e *fade-out*, as "cenas" de casais em que são reordenados os papéis de gênero, Gregori nos transforma, apesar de todas as diferenças que nos unem, em *voyeuses* surpresas (*mal à l'aise?*) de nós mesmas: reconhecemos alguns dos jogos relacionais, não forçosamente violentos fisicamente, em que, alguma vez na vida, nos vimos envolvidas/os, na vivência dessa condição feminina forjada numa cultura machista.

Avessa ao "vitimismo", opondo-se à argumentação feminista sobre a violência conjugal em que a mulher aparece como ser vitimado, a autora propõe um outro caminho para entender o fenômeno: "Menos do que perseguir uma explicação para a violência, procurarei entender como as mulheres se vêem nessas relações, e como vêem os seus parceiros..." (p. 135). Não vamos **entender**, portanto, por que nem todas as mulheres igualmente oprimidas são batidas por seus maridos; por que Dona Conceição, espancada seguidamente por dez anos, parou subitamente de apanhar e vive agora "numa eterna lua de mel"; nem como a fruição do intenso prazer sexual podia abrandar as dores dos violentos espancamentos sofridos por Regina.

Entendemos, entretanto, graças ao artifício de *reconstrução* que Maria Filomena faz das narrativas dessas mulheres, de que maneira a marca da socialização *as impede de interpretar* os conflitos conjugais como originários de uma relação de dependência. Embora elas tenham interpretações diferentes quanto ao problema, umas partilham padrões tradicionais de conduta, enquanto outras buscam padrões modernos, "ao sofrerem discriminações e violência, todas elas - indistintamente - acionam os recursos característicos da queixa: culpam o outro, vitimizam-se e reivindicam amparo" (p. 198).

Nessa parte do trabalho, o argumento perde sua contundência por não ser, em nenhum momento, nutrido pela voz masculina, o que faz com que a "perspectiva relacional", que o trabalho está pretendendo, se mostre desequilibrada.

É preciso que os homens narrem os mesmos assuntos, para que possam reconhecer as marcas de sua socialização perversa. Não terão eles, também, suas queixas, ou formas narrativas vitimizantes próprias? (Que o diga Guita Deberf, com a sua pesquisa sobre a velhice, ouvindo as narrativas queixosas dos homens sobre a vida após a aposentadoria, culpando os outros por fazê-los velhos, em oposição às narrativas jocosas de suas companheiras a respeito da mesma velhice). E que dizem os homens violentos de sua fruição do prazer sexual pós-estupro? Algum já tentou se suicidar, como Regina?

*Cenas e Queixas* tem seu ponto alto na abordagem da questão do sexo entre cônjuges e do prazer presente nas relações violentas. Para Gregori, aí está o "buraco negro" da violência contra a mulher: são situações em que a mulher se produz - não é apenas produzida - como não sujeito" (p. 184), e, sobretudo, reitera ações que

cooperam na sua produção como não sujeito. Quando Regina, em busca do "moderno", diz que gosta de Yoko Ono, ela tem consciência de que o marido que defende o "tradicional" vai reagir. "Mas ela joga." Vem a cena de violência na qual "a 'violação' do corpo significa: ela não mais se pertence. Essa é a ruptura que prepara outro movimento em que os dois se ligam - agora, em acordo, na busca do prazer" (p. 182). Além das considerações sobre um querer consciente da cena, sobre a cooperação da vítima, a autora procura entender o significado desses "rituais privados que se repetem cotidianamente". No caso da Regina, haverá depois da cena "um novo enlace no qual a diferença entre os dois convergirá para estimular o prazer."

Concordo com a sua postura, mas tenho ainda algumas questões. A narrativa de Regina poderia ser contraposta àquelas que se referem à ausência de prazer sexual ou à obrigação de "servir" o marido na cama, buscando a marca da socialização na negação de uma sexualidade propriamente feminina, ou melhor, definida pelas próprias mulheres, e não pelo imaginário masculino do que seja o "feminino".

De que sexualidade está falando Regina? De que prazer? Da sexualidade e do prazer sexual que, na nossa sociedade, estão definidos em termos masculinos, ou seja em termos de virilidade, conquista, dominação, posse?

Antes de abrir o livro, detive-me nas ilustrações de sua capa, atraída pela atmosfera íntima,

cotidiana, e confortavelmente burguesa que sugeriam. Observei essas pequenas fotos repetidas de fragmentos de cenários domésticos. O canto de uma estante com dois pares de sapatos arrumados lado a lado. Os dele, aqueles clássicos, de amarrar; os dela, uns *escarpins* branco-e-pretos, daqueles que acompanhavam os *falleurs* acinturados dos anos 50. Acima de uma cama desfeita (do casal, será?), uma janela está entreaberta (a quais devaneios?), suas cortinas de renda semicerradas. Na cama desfeita, cujos travesseiros têm fronhas com bico de renda, foi largada uma boneca vestida à antiga. Pequenos vasos de plantas ornaram o beiral de um basculante onde seca um pano de prato quadrilado; na mesa, um buquê de flores. Ordem serena e promessa de prazer assegurados por uma dona de casa portadora de todas as características de um feminino imaginário tradicional: prendada porém sedutora, ligeiramente infantil mas que sabe cuidar dos outros, uma mulher "bem feminina". Uma das inúmeras facetas do feminino que habitam **untas** em mim, em você leitora, em vocês leitoras.

Num país (dependente?) em que tudo é referido ao que está fora dele, ao que acontece no "Primeiro Mundo", àquilo que ele não é, como se fosse impossível suportar a sua cara, só podemos nos congratular com o livro de Maria Filomena Gregori que nos ajuda, feministas, parafraseando Cazuza, a olhar a nossa cara.

DANIELLE ARDAILLON ■

## Risco de vida

### As Rotas do Norplant. Desvios da contraceção.

ISRAEL, Giselle, DACACH, Solange.

Rio de Janeiro, (s. ed.), 1993.

O medo de engravidar, problemas com o DIU e a pílula, ignorância, falta de informação, pobreza e negligência caracterizaram os testes com o Norplant, o anticoncepcional à base do hormônio levonorgestrel em forma de bastão que é implantado sob a pele da mulher e faz efeito durante cinco anos. O "jeitinho" brasileiro

mais uma vez funcionou e, com suas doses de improviso e irresponsabilidade, provocou danos irreversíveis em boa parte das mulheres que se submeteram a esses testes. Para refrescar a memória de quem comemorou, no Natal de 1990, a liberação do Norplant pela rigorosa Food and Drug Administration (FDA) dos Estados Unidos como método seguro e saudável de evitar filhos, a socióloga Solange Dacach e a médica sanitária Giselle Israel reuniram num livro de 125 páginas, meio documento, meio panfleto, os números da experiência brasileira com o anticoncepcional. Elas mostram que, no caso do Norplant, o que **seria** bom para os Estados Unidos foi desastroso para o Brasil.

Gráficos, estatísticas nacionais e internacionais, tabelas, documentos, formulários, leis, portarias, a correspondência trocada entre autoridades da área de saúde, fotos, depoimentos de mulheres submetidas aos testes e até uma divertida poesia de cordel que ataca os métodos e idéias de um certo *Dr Es Crotinho*, diretor do suspeito *C'est pas* - em referências diretas ao médico baiano Elismar Coutinho e seu Centro de Reprodução Humana (CEPARH) - transformam *As Rofas do Norplant - Desvios da Contracepção* numa espécie de Manual do Norplant, um daqueles livros que pretendem esgotar determinado assunto. A abordagem das autoras demonstra, no entanto, objetivos claros de criticar o método que, entre outras coisas, deixa as mulheres nas mãos dos médicos que têm o poder de colocar e retirar os bastões do anticoncepcional numa quase cirurgia. As autoras não se preocuparam em provar por que o *Norplant deu certo em boa parte dos países* em que foi testado mas basta o confronto das condições de teste e aplicação em alguns lugares - como, por exemplo, a Índia, onde 500 mil mulheres tiveram o contraceptivo implantado no braço - para se saber porque no Brasil não podia mesmo dar certo. Nos EUA, país que "inventou" o Norplant, a FDA só regulamentou seu uso depois de acumular subsídios com as experiências com o anticoncepcional realizadas, obviamente, em países do Terceiro Mundo.

Responsáveis pela pesquisa "Norplant... cinco anos depois", financiada pela W.E.M.O.S. (*Women and Pharmaceuticals*), Solange e Giselle fazem uma radiografia do uso do Norplant e da atuação das organizações - governamentais ou não - que defendem programas de planejamento familiar num balaio em que se misturam, entre outros, Banco Mundial, Organização Mundial da Saúde, Bemfam e muitos milhões de dólares. Também essas organizações não escapam às críticas feitas no livro que explica as dificuldades para se estabelecer o valor terapêutico do contraceptivo e seus efeitos secundários nefastos. Uma droga contraceptiva não é um agente de cura, pois gravidez não é doença. Sua utilização, portanto, não sendo terapêutica, escapa a alguns controles das autoridades de saúde. Isto é, das autoridades de saúde que se interessam pelo assunto.

Não foi esse, no entanto, o caso do Brasil, um dos oito países escolhidos para que fossem realizados, a partir de 75, os ensaios clínicos com o Norplant em "mulheres voluntárias". O grifo é do livro que sugere uma escolha não tão alea-

tória de mulheres pobres com pouco ou nenhum conhecimento do que significa implantar no corpo doses maciças de um hormônio capaz de torná-las estéreis por cinco anos. O Centro de Pesquisas e Controle das Doenças Materno-Infantis da Universidade de Campinas (Cemicamp) sentiu-se "fazendo um favor" ao Ministério da Saúde ao assumir a responsabilidade pela pesquisa no Brasil, o que pode ser comprovado pela correspondência enviada à Dimed. Na pesquisa com o Norplant, dispensou-se até mesmo a apresentação, às mulheres que se prestaram aos testes, de um Termo de Conhecimento de Risco, modelo adotado pelo Ministério da Saúde em qualquer pesquisa com produto novo no país. O encarregado da pesquisa autorizada pelo MS era um ginecologista chileno que, descobriu-se mais tarde, não tinha registro no Conselho Regional de Medicina e acabou substituído pelo Dr. Aníbal Faúndes

O livro mistura fatos, depoimentos e documentos para traçar a rota no Brasil do Norplant cuja "história geral" começou na década de 60 quando as pesquisasse voltam para a tentativa de introdução de um contraceptivo de longa duração. Com a bênção do Population Council, instituição internacional com sede nos Estados Unidos que financiou as pesquisas do Norplant, a Leiras Pharmaceuticals, Indústria da Finlândia, ganhou a licença para sua fabricação. Em 89, o PC estimava em 355.000 o número de mulheres em que os bastões de silicone do Norplant haviam sido implantados.

As autoras tomam partido e admitem isto. Explicam, por exemplo, porque preferiram deixar de lado os dois caminhos para a pesquisa social apontados por Robert K. Merton no livro *Sociologia, Teoria e Estrutura* (1968). Para Merton, a atual teoria sociológica alterna dois pontos de vista opostos: o dos sociólogos que formulam leis sociológicas partindo do alcance e da demonstração das generalizações e o do grupo intrépido dos empíricos radicais que não buscam com muito empenho as implicações de suas pesquisas embora tenham certeza absoluta da exatidão do que dizem.

As autoras optaram pelo método da "parcialidade consciente" defendida por Maria Mies no trabalho *Por uma metodologia feminista de pesquisa*. Essa parcialidade é obtida através da identificação parcial com os objetos da pesquisa, uma "visão de baixo para cima" do pesquisador em relação aos objetos pesquisados e tem uma dimensão ético-política sem perder a dimensão científica. "Impossível ser neutra,

cada vez mais impossível, na medida em que se desvendam as rotas traçadas por esse contraceptivo e seus "estragos" no corpo das mulheres", admitem as autoras.

Sem perder o valor como documento, *As Rotas do Norplant* transcreve uma boa dose de emoção, desespero e arrependimento confidados nos depoimentos das 52 mulheres entrevistadas pelas autoras em sua pesquisa realizada em 90/91. As 52 entrevistadas moram no Rio de Janeiro e fazem parte do grupo de 301 mulheres que se submeteram aos testes com o Norplant feitos pelo Centro de Pesquisas de Assistência Integrada à Mulher e à Criança (CPA/IMC) e pela Sociedade Civil do Bem Estar Familiar no Brasil (Bemfam). A maioria é pobre e vive em favelas ou em bairros da periferia e admitiu que buscou no Norplant um último recurso antes da laqueadura.

Através desses depoimentos, a maioria dramática, fica-se sabendo que as mulheres que se submeteram a esses testes não tiveram suas condições clínicas avaliadas dentro dos menos exigentes critérios internacionais. Muitas receberam o Norplant apesar de serem portadoras de diabetes, epilepsia, obesidade

severa, hipertensão arterial e outros 10 casos de doenças ou deficiências. Quanto ao acompanhamento, dadas as condições econômicas e sociais das mulheres envolvidas nos testes, não é de se estranhar as consequências - distúrbios de menstruação (84% dos casos), aumento de peso, acne, enxaqueca, irritabilidade, depressão, dispnéia, perda da libido e distúrbios sociais e de comportamento.

As primeiras denúncias sobre os efeitos colaterais do Norplant no Brasil começaram em meados da década de 80 quando boa parte das mulheres que traziam no corpo o contraceptivo já deveriam tê-lo retirado. Sem negar o envolvimento emocional com as mulheres ouvidas na pesquisa e admitindo a parcialidade nessa reportagem sobre o anticoncepcional, as autoras encerram *As Rotas do Norplant - Desvios da Contracepção* - que começa como livro didático e poderia virar documento se não derrapasse para o emocional - sem tirar algumas dúvidas. Como, por exemplo: onde andam essas mulheres e onde anda o Norplant no Brasil e no resto do mundo?

ANGELA REGINA CUNHA ■

## A representação feminina na ópera

### A Ópera ou a Derrota das Mulheres

CLEMENT, Catherine. (tradução de Rachel Gutiérrez).

Rio de Janeiro: Rocco, 1993, 260p.

- Tenho pena dela.

*Em Pélleas et Mélisande* - ópera de Debussy extraída da peça homônima de Maurice Maeterlinck - a heroína Mélisande é, sem dúvida alguma, de todas as que o bel-canto nos tem apresentado, aquela cercada de maior mistério. O príncipe Golaud a encontra no bosque, como uma ninfa, e é com algum esforço que lhe consegue saber o nome. Sobre suas origens, nada se conhece. Nem sua idade. Ela diz pouco, nunca se revela. Mas é Mélisande - essa personagem tão distante e que guarda consigo tantos segredos - que, ao final da ópera, prestes a morrer, aponta, com suas últimas palavras

dirigidas à filha recém-nascida, para o destino trágico e quase sempre fracassado que tem sido reservado à maioria das mulheres durante o correr dos séculos:

- Tenho pena dela.

Mélisande se apieda porque de antemão não lhe vê saída. Como às outras, não lhe será dada a liberdade de gerir a própria vida, traçar seu rumo e proceder, com desenvoltura, à escolha do homem amado. Presas a padrões sociais que cerceiam, subestimam e inibem sua capacidade de decisão, basta que se arrisquem um pouco ou que se insurjam contra quaisquer das regras que determinam o procedimento feminino, para que estejam invariavelmente fadadas à derrota. A derrota das mulheres. Assim é na vida. Assim se faz na ópera.

Catherine Clément, jornalista e filósofa francesa, é, sobretudo, uma amante do espetáculo lírico, em tudo o que ele possa encerrar de fascínio e sedução. Desde o próprio cerimonial que envolve a ida do espectador a uma casa de ópera. "Entrar na ópera. Transportar, um após outro,

os umbrais do rito; entregar as entradas, saber seu preço, deixar-se guiar por uma senhora que abre as portas, entrar lá dentro", passando pela beleza arquitetônica das construções. "A platéia enorme, em vermelho e dourado, azul e dourado, branco e dourado: sempre o ouro, nos balcões e nas galerias. Nessa arquitetura, lê-se um mundo inteiro que não existe mais", e chegando aos enredos rocambolcosos - "Um mundo de esconderijos, de disfarces; um mundo de barganhas secretas, pequenos tráficos com os quais se misturam, diante do público distraído, histórias de amor e de morte" -, nada lhe escapa. Sobretudo as vozes das mulheres. As mulheres mologradas que, através dos anos, têm ocupado a cena para cantar seu sofrimento e deleitar as platéias: "Elas se expõem, decotadas até o estômago, molhadas de lágrimas,..."

As rejeitadas, as odiadas, as abandonadas; as que tombam, dilaceradas, de dor de uma traição; as que se entregam, com dignidade, ao exílio e à morte; as que ousam, de alguma forma, subverter o poder estabelecido e por isso são severamente punidas. As transgressoras. É nelas justamente que se centraliza o foco do discurso, num passo instigante pelo universo arrebatador das grandes divas e dos dós-de-peito.

O que se pretende, porém, agora, não é mais analisar a beleza das frases musicais, o arrojo das harmonias ou a textura orquestral da partitura. Tampouco importa a organicidade teatral do texto. A proposta da autora é clara: "Vou falar de mulheres e de suas histórias de ópera". A abordagem me parece tão nova quanto interessante e certamente abre caminho a diversas frentes de discussão.

Clément segue a trilha inusitada das palavras: "Meu assunto é a parte morta da ópera: é a linguagem". Para ela, só o conhecimento integral do texto é capaz de possibilitar um envolvimento total com o espetáculo. Dessa forma, acaba por contrariar a maioria dos melômanos que entendem ser o libreto apenas um acessório para que possa reinar a música, esta sim, condutora das grandes emoções.

A dicotomia música x palavra é assunto antigo e ao que parece inesgotável, merecendo não só estudos de diferentes áreas do conhecimento acadêmico, como também o interesse de músicos e escritores notáveis de épocas e nacionalidades distintas.

No Brasil - vale a pena a digressão -, o nosso grande Machado de Assis, frequentador assíduo das temporadas líricas, faz o seguinte registro, em 1893, na *Gazeta de Notícias*:

"... mas leve o diabo libretos. Antes do dilúvio, ou mais especialmente, pelo tempo do Trovador, dizia-se que o autor dessa ópera era o único libretista capaz. Não sei; nunca o li. O que me ficou é pouco para provar alguma coisa. Quando a cigana cantava *Al nostri monti ritorneremo*, a gente só ouvia o vozirão da Casafoni, uma mulher que valia, corpo e alma, por uma companhia inteira. Quando Maurício rompia o famoso *Di quella pira iórrendo fuoco*, rasgavam-se as luvas com palmas ao Tamberlick ou ao Mirate. Ninguém queria saber do Cammarano, que era o autor dos versos"<sup>1</sup>.

A respeito da controvérsia também se manifestou José de Alencar, outro expoente da nossa literatura, e em cujo romance Carlos Gomes se baseou para compor a mais famosa das óperas brasileiras de todos os tempos, *O Guarani*. Alencar é autor também do libreto *A Noite de São João*, publicado em 1857 e que mais tarde, musicado por Elias Álvares Lobo, tornou-se o primeiro marco na formação do teatro lírico nacional. Na introdução que escreve para a primeira edição, o autor, a essa altura já lançado em sólida carreira literária, mostra-se comoventemente modesto e serviçal em relação à arte da música:

"Se alguns dos nossos jovens compositores entenderem que isto merece as honras do teatro, a melodia da música disfarçará a dissonância da versificação.(...) Não espero nada de semelhante publicação: pois ninguém ignora que a poesia lírica de uma ópera fica inteiramente obscurecida pela música.(...) À vista disso, creio não entrará na cabeça de ninguém pretender uma mínima parcela de glória escrevendo uma ópera; isto é, a mais absurda, e a mais extravagante das composições dramáticas, a que só a música com o seu mágico poder anima e dá vida"<sup>2</sup>.

Embora até hoje permaneça em muitos estudiosos a idéia de que a palavra, na ópera, desempenha função meramente secundária, é cada vez mais acentuada a tendência que se observa, notadamente a partir do século XX, da procura, por parte dos compositores, de textos que se revistam de excelência literária.

Os exemplos são inúmeros: as qualidades revolucionárias de Buchner, bem como seu texto com características expressionistas

<sup>1</sup> ASSIS, Machado de. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973.

<sup>2</sup> ALENCAR, José M. de. *A Noite de São João*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1877.

motivaram Alban Berg em direção a *Wozzeck*; Dostolevsky, por sua vez, inspirou dois grandes compositores - Janáček, autor de *Da Casa dos Mortos*, e Prokofiev, que compôs *O Jogador* a partir do seu romance *Igrok, o Jogador*; Prokofiev trabalhou ainda Tolstói e transformou seu *Guerra e Paz* em versão operística; perseguidor incansável de uma forma para a ópera no século XX, Britten elege para suas obras grandes nomes da literatura: *Peter Grimes*, a mais encenada, é escrita com base no poema de Georg Crabbe, enquanto Thomas Mann dá o argumento de *Death in Venice*; Strauss se aia a Hofmannsthal, e dessa parceria resultam obras-primas do repertório operístico, como *O Cavaleiro da Rosa*, *Electra* e *Ariadne em Naxos*, entre outras.

A ópera avança cumprindo sua função secular; representar, através do canto, o mundo e seus conflitos. Nos textos, as palavras que condenam, que tramam, que investem contra as mulheres. O lamento feminino nas vozes privilegiadas das primas-donas.

Callas, Malibran - divas adoradas e cultuadas, mulheres que constantemente têm suas vidas marcadas pelo infortúnio e pela tragédia. Ciosas do seu talento, o assédio dos admiradores termina por aprisioná-las e elas se tornam escravas da própria imagem, sem direito à privacidade ou ao descanso. Às cantoras, frágeis artistas que consagram suas vidas a sofrer no palco, Catherine Clément presta pungente homenagem. Flória Tosca, heroína de Puccini, representa a personagem de cantora na própria ópera (incomum exemplo de *mise-en-abîme*). Ela ama Cavaradossi, pintor de idéias progressistas e inimigo político de Scarpia, chefe da polícia. É no meio dessa violência política que Flória trafega. Um mundo vedado às mulheres. Sozinha, ela se vê cercada por toda sorte de intrigas, chantagens e constrangimentos. A pressão é grande e Flória, após assassinar Scarpia e presenciar o fuzilamento do noivo, não resiste e se precipita para a morte. A morte sempre presente. Enforcadas, afogadas, envenenadas. *Mortas pelo fogo, pelo punhal ou pela tuberculose*, o fato é que quase todas sucumbem à dor de sua própria tragédia.

A galeria é extensa e pouco a pouco Catherine Clément vai traçando o painel das vencidas. As transgressoras. A sacerdotisa Norma - da *Norma*, de Bellini - quebra seu voto de castidade e entrega-se a Pollione, chefe romano em luta contra seu povo. Para a mulher que trai, a condenação máxima: a vítima, arrependida,

se oferece em sacrifício aos deuses e arde nas chamas sagradas do templo.

Ao casar-se com Pinkerton, oficial americano, a jovem gueixa Butterfly - da *Madame Butterfly*, de Puccini - renega a religião de seus antepassados e é amaldiçoada por seu tio sacerdote. Abandonada pela família e pelo esposo, só lhe resta uma alternativa: recuperar a dignidade através da morte. Ela renuncia ao filho e pratica o haraquiri. Violeta Valéry - de *La Traviata*, de Verdi - é a cortesã que abre mão do prazer pelo amor. Impossível. A sociedade não o permite. Violeta pertence à vida mundana, à classe das mulheres desfrutáveis e lá deve permanecer. Ou santa ou prostituta, a honra da família burguesa precisa ser preservada. Para as pecadoras, não há salvação. Seu fim funciona como uma advertência: decadente, namiséria, Violeta é devorada pela tuberculose.

Há, também, as que escapam para a loucura, como Lucia - da *Lucia di Lammermoor*, de Donizetti -, incapaz de suportar as provocações pelas quais o irmão a faz passar.

E ainda há aquelas que morrem por amor, simplesmente, como Isolde - de *Tristão e Isolde*, de Wagner -, e que para a autora apresenta-se como a mais bela das mortes de ópera, por ter dado seu nome "a uma forma lírica de morte, *Liebestod*, a morte de amor".

Desfechos menos dolorosos não estão excluídos da narrativa. É o caso, por exemplo, da Marechala de Werdenberg - de *O Cavaleiro da Rosa*, de Richard Strauss -, que vivencia o conflito da mulher mais velha, excluída do amor pela idade. Segue por aí Catherine Clément procurando desvendar, em cada libreto, as telas de preconceitos a partir dos quais são julgadas e condenadas as mulheres.

Apoiada frequentemente em teorias psicanalíticas, em interpretações históricas ou sociais e chegando mesmo, às vezes, a uma leitura bastante pessoal dos fatos que expõe, o certo é que Clément vai de Mozart a Wagner, passando pelo drama e pelo bufo, para provar o quão impiedosas têm sido as leis dos homens em relação às mulheres. Sim, porque são homens todos os autores do argumento e da música na ópera.

As heroínas sempre reprimidas. Encurraladas pela vontade masculina, que é a vontade do poder. Tal qual a revolucionária Carmen - da *Carmen*, de Bizet -, que se deixa matar pela liberdade. A autora a elege sua preferida, pois na extensa coleção das fracassadas, ela desponta como a precursora: "a mais

feminista, a mais teimosa das mortas". Carmen luta o tempo todo pelo direito de ser livre. Apaixonada, não se acanha em tomar a iniciativa do jogo amoroso, nem em seduzir despudoradamente aquele que deseja. Corajosa, insinuante e atrevida, é impossível manter-se alheio aos encantos dessa personagem que, em nenhum momento, se rende a ameaças ou temores. Nem a morte a medronta. Enfrenta a vida com a altivez das mulheres determinadas. Como diz a famosa *habanera* do

primeiro ato, não só o amor mas também Carmen *est un oiseau rebelle*.

Síntese da imagem da mulher emancipada, dona de sua vontade e de seu destino, Carmen simboliza a longa trajetória que se tem percorrido em busca de conquistas que possam, finalmente, transformar essa herança cultural que invariavelmente concede às mulheres o papel das derrotadas. No palco da ópera. No palco da vida.

CIRLEI MOREIRA DE HOLLANDA ■

## Florence Nightingale ambientalista

### Teorias de Enfermagem - os fundamentos para a prática profissional

GEORGE, Julia B. et al., (tradução de Regina Machado Garces).

Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

O livro organizado por Julia B. George, catedrática do Departamento de Enfermagem da Universidade do Estado da Califórnia, saiu publicado nos Estados Unidos em 1980. Só agora foi traduzido para o português, mas as teorias nele divulgadas vêm servindo de base para o ensino da enfermagem em muitas escolas de nível médio e superior do Brasil. Essas teorias compreendem os conjuntos de princípios fundamentais da Arte da enfermagem, uma ciência humana, de pessoas e de experiências com campo de conhecimento, fundamentações e práticas do cuidar dos seres humanos que abrangem do estado de saúde aos estados de doença, mediada por transações pessoais, profissionais, científicas, estéticas, éticas e políticas.

Ao reunir num só livro as várias teorias ou modelos de enfermagem, Julia B. George mostra o uso que ainda hoje se faz de ensinamentos sistematizados no século passado pela inglesa Florence Nightingale, idealizadora da primeira escola profissional de enfermagem. Cada teoria é analisada por professoras de enfermagem de universidades americanas que, sob oito prismas, avaliam os pontos positivos e negativos de cada uma delas.

Para Julia B. George, as enfermeiras devem encarar uma teoria de enfermagem como uma forma de relacionar conceitos através do uso de definições que sejam úteis ao desenvolvimento da prática profissional. Para isso, a autora catalogou fatos do dia-a-dia do exercício profissional que serviram de base a esses conceitos. Assim, todas as teorias descritas no livro partem de fatos concretos. Até a década de 70, mesmo nos Estados Unidos, a maior parte dos livros de enfermagem se limitava a descrever a prática profissional, sem um respaldo teórico. No entanto, toda a teoria já tinha sido organizada por várias enfermeiras como, por exemplo, a ousada Dorothea E. Orem, bastante divulgada no Brasil.

Julia B. George esclarece que, em enfermagem, a prática é o objetivo básico da disciplina. A profissão tem a responsabilidade de prestar auxílio a pessoas, grupos, famílias e comunidades a fim de que eles conservem, obtenham e mantenham em estado de saúde. Daí, também, a necessidade de a enfermagem possuir uma base de conhecimento teórico fundamentada nas descobertas de pesquisas realizadas nos campos práticos - hospitais, residências, escolas e fábricas, entre outros.

A organizadora de *Teorias de Enfermagem - os fundamentos para a prática profissional* identificou três diferentes formas de ação na enfermagem. Em primeiro lugar, o(a) enfermeiro(a) deve assumir responsabilidade pelo outro até que este esteja pronto para se responsabilizar por si mesmo. Em seguida, deve modificar ou manipular o ambiente de modo a favorecer a obtenção da saúde. Cabe também ao(à) profissional de enfermagem auxiliar a

pessoa na direção de algumas metas, para manter o equilíbrio com saúde.

Julia B. George e suas 20 colaboradoras compilaram e analisaram 18 teorias de enfermagem difundidas nos Estados Unidos e comentaram outras quatro teorias menos conhecidas. As análises foram sistematizadas a partir de uma avaliação dos conceitos que compõem cada teoria e da descrição de suas características, possibilidades de aplicação e limitações. Cada capítulo termina com um resumo da teoria e comentários e destaques sobre os pontos fortes e as limitações de sua aplicação feitos pela analista. No penúltimo capítulo do livro, a autora e sua assistente Marjorie Stanton fazem uma revisão comparativa dessas 18 teorias e montam a tabela "Visão geral das teorias e modelos e o processo de enfermagem", analisando seus vários aspectos: verificação do foco da teoria, diagnóstico de enfermagem, planejamento, implementação do processo e avaliação de sua eficácia. Tudo bem esquematizado e de fácil leitura como, de resto, todo o livro que é recheado de gráficos e figuras e traz uma bibliografia ao fim de cada capítulo. Para reforçar o caráter didático do livro, há um glossário que define os termos usados pelas teóricas e apresenta a leigos e profissionais as principais expressões da enfermagem.

A primeira teoria analisada no livro é a de Florence Nightingale (1820-1910), uma aristocrata inglesa autodidata que aos 24 anos começou a trabalhar em hospitais e a registrar observações que mais tarde serviriam de embrião para sua obra *Notas sobre enfermagem (Notes on Nursing)*, publicada em 1860. Na opinião de Gertrudes Torres, responsável por esse capítulo, Florence Nightingale formulou uma avançada teoria ambientalista. Para a inglesa, um ambiente que oferecesse cinco pontos essenciais - ar puro, água pura, rede de esgotos eficiente, limpeza e iluminação - garantiria ao doente melhores condições de recuperação. Florence salientou que as enfermeiras deveriam aliviar e evitar sofrimento e dor desnecessários. Tais noções aparentemente simples iriam servir de base para todas as outras teóricas da enfermagem que a sucederam.

Julia B. George e suas colaboradoras descrevem minuciosamente as demais teorias desenvolvidas a partir do pensamento nightingaliano elaboradas por Hildegard E. Peplau, Virginia Henderson, Lydia E. Hall, Dorothea E. Orem, Dorothy E. Johnson, Faye Glenn Abdellah, Ida Jean Orlando, Ernestine Wiedenbach, Myra Estrin Levine, Imogene M.

King, Martha E. Rogers (a mais conhecida no Brasil), Sister Callista Roy, Betty Neuman, Josephine E. Paterson e Loretta T. Zderad, Jean Watson, Rosemarie Rizzo Parse e Madeleine Leininger. Elas ampliaram os conceitos, sofisticaram as elaborações originais e esquematizaram os métodos de ação da enfermagem atual aplicados em quase todo o mundo. A própria Julia B. George encarregou-se do capítulo que comenta as outras teorias existentes produzidas por Evelyn Adam, Betty Jo Hadley, Joyce Fitzpatrick e Margaret Newman, ainda não totalmente desenvolvidas ou aceitas.

A importância do trabalho de Julia B. George é tornar acessível aos leitores de língua portuguesa as teorias de enfermagem sistematizadas na década de 70 e divulgadas a partir dos anos 80 nos Estados Unidos. No Brasil, algumas teóricas norte-americanas como Beverly Witter Du Gaas (autora de *Enfermagem Prática*, publicado em 1988), Leslie D. Atkinson e Mary Hellen Murray (aquí publicadas em 1989) são adotadas no meio acadêmico e tiveram suas formulações publicadas na íntegra. É importante notar como as americanas não dedicam um capítulo ao estudo da arte e da estética da prática de cuidar dos doentes, um item com que Florence Nightingale, a primeira teórica da enfermagem, já se preocupava.

O acesso a essas teorias, descritas ainda que de forma resumida no livro de Julia B. George, vai permitir a estudantes e pesquisadores o confronto de teorias e a formulação de novas concepções, talvez até mais abrangentes.

O trabalho de Julia B. George e colaboradoras abre um leque de conceitos que estão sendo dinamizados nos Estados Unidos, país que mais influencia o pensamento acadêmico brasileiro na área e onde a enfermagem universitária tem a sua maior expressão. *Teorias de enfermagem - os fundamentos para a prática profissional* me foi muito útil na organização do livro *O que é a Enfermagem*, publicado este ano pela Editora Brasiliense e no qual enfatizo as dimensões subjetivas desse ofício. O livro não destaca, no entanto, dentro da teoria de Florence Nightingale, a necessidade da formação de enfermeiras a partir de um paradigma que previa o cumprimento estrito das leis da saúde e entenda a enfermagem como o caminho verdadeiro para infundir na raça humana a arte de preservar a própria saúde. Para Florence, as enfermeiras deveriam desenvolver um conjunto de conhecimentos sobre a prevenção das doenças que englobasse toda a argumentação a

favor da arte da enfermagem, valorizando o efeito do corpo sobre a mente. Em sua orientação, no processo de recuperação de um corpo doente, as enfermeiras deveriam levar em conta o esplendor das cores, a beleza da forma dos objetos e a música, em combinação com o ar puro e livre, a iluminação, o aquecimento, a limpeza, o silêncio e uma dieta adequada.

Apesar da assistência de três profissionais da área, responsáveis pela supervisão e revisão técnica, escapam à tradução de Regina Machado Garces muitos termos usuais na prática e no ensino da enfermagem no Brasil. Além disso, por ter saído meses antes da divulgação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, o livro designa as pessoas doentes como pacientes, em detrimento de termos como usuários, clientes, aliados e até mesmo cidadãos, adotados pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) e reconhecidos pelo meio. Para os profissionais da área, paciente é quem se submete às regras das instituições de saúde que nem sempre funcionam no sentido de melhorar e salvar vidas. Boa parte dessa energia vai para rituais burocráticos, ultrapassados e desnecessários, nos quais se esgota a paciência do doente. Daí a inadequação do termo paciente. Quantas pessoas morrem exatamente por serem

pacientes em relação a todos os profissionais de saúde?

Lamentavelmente, Gertrudes Torres não enfatiza outro ponto importante da teoria nightingaliana: o de que as enfermeiras deveriam desenvolver a capacidade de fazer observações precisas, acuradas e completas, com a percepção correta da capacidade essencial, sem a qual seriam enfermeiras inúteis, mesmo tendo outras qualidades. Florence Delmitou o território da enfermagem em relação à medicina através da seguinte concepção: quando a função de um órgão acha-se impedida, a medicina ajuda a natureza a remover a obstrução e nada mais além disso, enquanto que a enfermagem mantém a pessoa nas melhores condições possíveis para permitir que a natureza atue sobre ela (*Notas sobre a Enfermagem*, São Paulo: Cortez, 1989).

O livro organizado por Julia B. George pode ser útil aos pesquisadores que orientam teses de mestrado e doutorado na área de Enfermagem na esperança de que seja possível complementar os estudos sobre a essência de uma profissão organizada por mulheres para mulheres com as teorias feministas, que já encontram eco em vários espaços da nossa sociedade.

MARIA JOSÉ DE LIMA ■

## Sexismo na educação

### Allez les Filles!

BAUDELLOT, Christian, ESTABLET, Roger.

Paris: Du Seuil, 1992.

Em uma lei mineira que dispõe sobre o ensino da educação física na década de trinta, há uma frase que diz: "Meninos em marcha, Meninas à sombra". Ao que parece, mudaram os preceitos. O título da obra de tão conhecida dupla de sociólogos que abalou a área de educação na década de setenta, com o seu *Escola Capitalista na França*, dá impressão exatamente contrária da expressão mineira. Ao que parece, são as meninas que estão em marcha e devem ser estimuladas a ir em frente: "Em frente, garotas!"

Não é fácil para nós compreender o aparelho escolar francês. E o uso de expressões típicas para descrevê-lo no texto - mesmo quando facilitadas pelos autores - torna a leitura por vezes hermética para um leitor estrangeiro a isso. Se não hermética, demonstrativa, com a qual é difícil dialogar, fazer comparações. O *baccalauréat* (bac = exame que se presta ao fim de um segundo grau, que pode ser literário, científico etc e que possibilita o acesso a um curso superior) e, talvez mais ainda, *bachelier* e *bachelière*, por exemplo, são palavras que, traduzidas, perdem o sentido que têm no texto e para compreendê-las é preciso compreender para além do texto. Os nossos bacharelado e bacharel (sem feminino) querem dizer outra coisa. Mesmo a contagem das séries, na hierarquia da escolaridade, é, em relação à nossa,

invertida, o que quer dizer que pensar em algum momento mais ou menos próximo à entrada ou saída do sistema de ensino é pensar invertido: a *première* não é a primeira série, mas a última. Talvez por isso o livro ainda não tenha sido traduzido, apesar de ter sido publicado já há dois anos (janeiro de 1992), de ser um leituro instigante e, creiam-me, para nós mulheres motivo de orgulho. Um balanço justamente realizado e, do ponto de vista científico, impecável.

Desde a Introdução, os autores assinalam dois fatos sociais de sentido inverso: por um lado, uma progressão espetacular das escolandades femininas; por outro, uma manutenção das segregações entre meninas e meninos no interior das escolandades e também ao seu termo. "Dessas duas forças contraditórias, qual é a resultante? O progresso registrado pelas meninas na escola constitui um fato social fundamental capaz de transformar, no limite, a 'distribuição de cartas' entre os sexos e, a partir dela, uma parte do regime econômico-afetivo, que é o nosso há séculos, ou trata-se apenas de modificações limitadas cujos efeitos apenas deslocariam para o alto a mesma barreira?" A essa questão os autores não darão uma resposta completa. O livro é construído em torno da organização de dados provindos de enquetes sociológicas conduzidas em todos os níveis do aparelho escolar e é a reflexão daí advinda que pretendem oferecer aos leitores.

O primeiro capítulo trata de mostrar exatamente o sucesso das meninas nesse momento de suas vidas escolares ("Plus de bachelières que de bacheliers"). O *baccalauréat* é uma barreira no sistema de ensino francês e sua ultrapassagem depende em larga medida (ou definitivamente) do desempenho de cada aluna e cada aluno ao longo de sua vida escolar. Assim, nesse capítulo que conclui (já no título) existirem mais *bachelières* que *bacheliers* é de todo o sistema percorrido por elas e eles de que se fala e não apenas do sucesso num "exame vestibular" ocorrido no final de um primeiro e segundo graus bem ou mal sucedidos. Na França, até 1924, como mostram os autores, o estreito caminho do *bac* era aberto apenas aos homens. Hoje, e de vinte anos para cá (1971) consecutivamente, há mais *bachelières* que *bacheliers*. Ainda assim, o *bac* se mantém como um bem raro e deve ser, de fato, considerado uma conquista das mulheres. Essa conquista se traduz em elevação e sucesso globais, pois as escolhas femininas se transformam. Quatro tendências se esboçam com nitidez. A primeira é que as meninas progredem em todos os tipos de

bacharelado, isto é, a presença das mulheres vai crescer em todas as disciplinas de ensino superior e não apenas naquelas que demandam dons literários. A segunda é que os meninos progredem mais depressa que as meninas nos *bacs* de tipo científicos, mas as meninas progredem mais depressa que os meninos nos de tipo literário. Mesmo para os de tipo científico ou economia, porém, as diferenças se mantêm estáveis. Finalmente, quanto maior o número de meninas que ascendem ao *bac*, menor é o das que aceitam a relegação aos de tipo técnico. Essas caracterizações são importantes para pensarmos na que muda e no que se mantém e é bem a essa conclusão que chegam os autores ao final do capítulo, ao dizerem que, apesar de todo o esforço e sucesso obtido, há mecanismos de orientação no interior do sistema que são sempre desfavoráveis às meninas. *Hélàs!*

Para as meninas, no caso da França, vencer o *bac*, mas, também, o acesso à Universidade, é um fenômeno de ordem mundial, associado ao fator riqueza do país onde se dá, como mostram os interessantes dados do segundo capítulo. O desenvolvimento econômico produz efeitos sobre a escolarização e três tendências podem ser apreendidas do quadro apresentado: quanto mais rico é um país (PNB), mais ele tem alunos em curso superior e reciprocamente (diga-me o número de estudantes e te direi a riqueza de seu país...); quanto mais alunos, mais alunas...; a diminuição da diferença entre as chances femininas e masculinas dão, quase sempre, a medida do desenvolvimento.

As exceções são notáveis: a Suíça, tão rica em dólares, e relativamente pobre em estudantes e sobretudo sexista e o Kuwait tem efetivo estudantil amplamente inferior ao seu nível de riqueza. Outros países cujos dados apresentam forte grau de sexismo são o Japão, a Suécia e a Alemanha. No Brasil, a par do PNB vergonhoso, a proporção entre sexos se mantém em níveis apresentáveis. Em quase todos os países do mundo, a expansão da escolaridade feminina se deu em um ritmo superior àquele dos meninos.

### Estereótipos de sexo

Extremamente interessante me pareceu o capítulo intitulado "Mixité des structures et sexisme des mentalités", que quer dizer alguma coisa perto de estruturas escolares mistas (meninos e meninas juntos ou co-educação) e mentalidades sexistas. Os autores iniciam o capítulo colocando-se (e a nós) a pergunta: Será que as espetaculares e rápidas conquistas levadas a efeito na França

(e não podemos dizer também no Brasil?) são suficientes para varrer as representações que estão associadas, desde tempos imemoriais, aos respectivos estatutos de menino e menina, homem e mulher? As idéias e os comportamentos seguiram as transformações institucionais? Rapidamente, à pergunta colocada respondem com um solene não. "As representações e os estereótipos tradicionais são ainda hoje bem vivos". Deixando clara a opção pelo uso da palavra estereótipo, esclarecem: "O conceito de 'estereótipo de sexo' indica apenas que cada menino e cada menina é obrigado a construir sua identidade pessoal tomando posição em relação às expectativas sociais tradicionais próprias ao seu sexo". Não se pode excluir, nem desconhecer, as diferentes socializações individuais, nem as possibilidades de transgressão, nem as particulares combinações dos vários atores sociais inventadas entre uma coisa e outra, mas o sociólogo deve levar em conta que a construção da identidade pessoal de meninos e meninas não se dará a partir das mesmas condições, pois as expectativas sociais são ainda diferentes. Ao utilizar esse conceito de estereótipo, os autores abandonam o de "cultura feminina" ou "cultura masculina", pois esse, bem como o de *habitus*, implica uma adesão profunda do sujeito aos modelos sociais que incorpora, coisa cuja observação escapa a esse tipo de trabalho.

Chama ainda atenção no título do capítulo o uso da expressão **mentalidades**, cara à Nova História, desde que os primeiros estudos na década de quarenta começaram a mostrar que na "longa duração" alguns fenômenos, para além das transformações, tendem a manter-se. Ora, é disso que a atual História da Educação pretende dar conta: na articulação entre mentalidades e educação, mostrar as pregnâncias, as insistências. Se "tudo" muda - e os dados dos autores mostram que sim - afinal, o que é que permanece? Sabemos que essa linha de pesquisa tem sido levada a efeito por alguns pesquisadores (mais correto seria dizer algumas pesquisadoras) da História da Educação, sobretudo aquelas que trabalham com as relações entre gênero e educação. A exemplo de algumas teses de doutorado citadas pelos autores, seria interessante se pudéssemos fazer um esforço para que, por um lado, a Sociologia da Educação tentasse "ver" o que está acontecendo a esse respeito no Brasil, e a História da Educação buscasse, paralelamente, essas estruturas mantenedoras na sociedade, na cultura e na escola. Parece-me para ser levada

a sério pelos pesquisadores da educação a sugestão, à guisa de conclusão, dada ao final do capítulo. "Reunidos pela escola nos mesmos estabelecimentos, nossos meninos e meninas jamais tiveram tantas coisas em comum. Ambos levam o estudo a sério, pretendem levá-lo o mais longe que for possível e esperam igualmente benefícios substanciais em termos de emprego e salário. Esses são fatos novos - quase recentes - suficientes para que ensino misto não se reduza a uma ilusão institucional. No entanto, a sociedade escolar não torna semelhante esse grupo que ela reúne: meninas e meninos são levados a construir seu capital intelectual e cultural respectivos em condições que a tradição, a organização familiar e as estruturas escolares tornam necessariamente diferentes. Se se deseja explicar esse processo e não produzir um estereótipo a mais, convém examinar de perto e em detalhe o trabalho escolar em si." É disso que falava acima: as novas tendências de estudo sobre cotidiano e educação, representações e práticas educativas etc; uma ainda quieta, mas muito interessante articulação entre a Antropologia, a História e a Sociologia, que leve em conta as categorias de classe social, gênero e raça deve ser estimulada, pois talvez daí nos venha a possibilidade de enxergar melhor esse quadro dentro do qual, apesar de tudo, é tão difícil se mexer...

O livro continua propondo questões interessantes e surpreendentes e os títulos dos capítulos podem nos dar, ainda que apenas de forma indicativa, uma idéia do resultado das pesquisas tratadas em cada um deles. Os capítulos quatro e cinco cuidam daquelas disciplinas consideradas as mais básicas em qualquer sistema de educação: a Matemática e a língua materna (no caso, o Francês). Para a primeira, dá-se que as diferenças entre meninos e meninas são globalmente muito fracas e estatisticamente pouco significativas ("Matemáticas, a igualdade de competências"), o que torna completamente sem base qualquer teoria sexista da inferioridade das meninas para as matemáticas! Para a segunda, o que ressalta é o "Francês, a supremacia precoce das meninas". A questão das matemáticas é retomada no capítulo seis, já então pensada como acontece no segundo grau (Lycées) e a igualdade das competências é minimizada por uma divergência nas escolhas e orientações. Confrontando sexo e origem social são constatados, no capítulo sete, dois regimes distintos de desigualdade e das oito conclusões trazidas pelos autores podemos destacar aquela que, comparativamente, nos mostra que nos

países pobres o nível de escolaridade registra de maneira direta a dominação social dos meninos sobre as meninas. Nos países ricos de escolarização desenvolvida a retradição escolar disso é uma relação cruzada em que cada sexo tira vantagens e inconvenientes da situação social de dominação. No que diz respeito ao ensino profissional, a situação é mais difícil (capítulo oito) e uma pesquisa sobre a evolução desse tipo de ensino permitirá compreender melhor a função das distinções de sexo num lugar estratégico, situado na fronteira da escola e da empresa.

### E amanhã?

Ao fim de um livro, e de um livro de Sociologia da Educação, espera-se que os sociólogos pelo menos esboquem uma antecipação do movimento social. Baudelot e Estabiet, não se furtando a isso, mas tampouco deixando-se cair na armadilha do que pode ser um texto premonitório (ainda que cientificamente embasado), "se arriscarão a apenas refletir sobre algumas perspectivas que se desenham na atual sociedade escolar." Constatam que existe um movimento social de grande repercussão que não parará agora, porque ainda não chegou a seu termo: o prodigioso desenvolvimento das escolari-

dades femininas está longe de encontrar seu pleno reconhecimento sobre o plano das qualificações econômicas. Na atual realidade das performances e estatísticas escolares, pode-se constatar que o jogo entre meninos e meninas a ser estabelecido daqui a alguns anos se manterá. No mais, também o trabalho do sociólogo cai numa zona de incerteza da qual é difícil sair, já que o reconhecimento das competências femininas se choca com dois obstáculos de porte não desprezível: a organização tradicional da família e a "moderna divisão" do trabalho. Tanto num caso, como noutro, é a capacidade de construir um futuro objetivo que está em causa, tarefa, sem dúvida, dificultada pelo culto desenfreado do individualismo...

*Allez les filles!* é um livro que merece mais que uma resenha. Penso em um curso, recheado de estatísticas através das quais pudéssemos avaliar o caso brasileiro. Penso sobretudo em um replicamento das pesquisas, nas quais cientistas sociais brasileiros (já compreendidos educadores e educadoras) pudessem levantar dados, que também a nós permitissem construir um futuro mais objetivo.

ELIANE MARTA TEIXEIRA LOPES ■

## Feministas fazendo história

### Breve História do Feminismo no Brasil

TELES, Maria Amélia de Almeida.

São Paulo: Brasiliense, 1993 (Coleção Tudo é História, nº. 145, 181 p.).

Antes de fazer o que é habitual numa resenha - informar sobre o conteúdo do livro - peço licença para contar uma história.

Dezembro de 1972. Caí preso no DOI-CODI, a famosa Operação Bandeirante, de São Paulo. Levado para a tortura, no segundo andar, cruza na escada com uma moça pequena, de fundas olheiras. Ela voltava do inferno. Cruzamos olhares de compaixão, ou algo parecido, o bastante rápido para os torturadores não suspeitarem que

nos conhecíamos. Fui testemunha nos dias seguintes dos sofrimentos físicos e morais que lhe causaram, a ela, a seu marido, a sua irmã grávida, a seus dois filhos sequestradores e até a seu cachorro. Por um ano e meio, estivemos juntos em presídios de São Paulo. Ela costumava lembrar aquele olhar trocado na escada: ficamos amigos para sempre. Essa moça se chama Maria Amélia Teles, Melinha, e escreveu este *Breve História do Feminismo no Brasil*.

Contei essa história por uma necessidade íntima de não esquecer, mas também porque explica o tom do livro. *Breve História do Feminismo no Brasil* é basicamente uma sistematização de material colhido na militância. E embora a autora não diga isso, o ponto de partida para esse esforço teórico foi a sua prisão e tortura sob a ditadura. Sei disso porque há alguns anos nos sentamos, eu e ela, para relatar em um livro

nossas raras experiências de prisão política - e raras porque de uma mulher e de um negro. Foi na cadeia que ela acordou para o movimento feminista e eu para o movimento negro.

Tanto é verdade, que Amélia escreve à página 65: "A constante dos relatos históricos (sobre a luta armada contra a ditadura), no entanto, tem sido a omissão ou diluição da presença feminina. Procuo exercer aqui a prática feminista de ressaltar o papel da mulher em todos os momentos históricos".

Esse, portanto, é o escopo do livro. A autora o realiza com clareza e didatismo - e quero dizer com isso que será útil às mulheres e homens que iniciam seus contactos com o movimento. Na primeira parte, ela organiza fatos e aspectos históricos relativos à vida e à atuação das mulheres - como a condição da mulher na colônia, nas Primeira, Segunda e Terceira República, na luta armada, no Movimento do Custo de Vida etc. Na segunda, relata a sua vivência (a começar pela prisão política) e as ações do movimento feminista que reputa decisivas, particularmente em São Paulo.

Imagino, desse jeito, que o livro possa ser usado com grande proveito por entidades feministas e de mulheres nos seus cursos de formação e de treinamento. Vejam, para começar, como define as duas coisas: "A expressão 'movimento de mulheres' significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e de trabalho. Quanto ao 'movimento feminista', refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e a subalteridade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história".

Como aliás é próprio da coleção Tudo é História, o livro de Amélia toma um assunto determinado e oferece dele um panorama. Vem desde o descobrimento - o aproveitamento das índias e o tráfico de pobres-coitadas de Lisboa - até o pós-feminismo de Camille Paglia, passando pela coisificação do corpo feminino negro (e, obviamente, pela luta contra ela) e pelo movimento feminista na atualidade.

Amélia, naturalmente, faz sobressair alguns momentos dessa dolorosa caminhada. (Dolorosa mas também gostosa, como sabem os que se metem em movimentos sociais.) Um desses momentos é o do esforço da negra - escrava ou liberta - para se reconstituir como pessoa. Esse tem sido um ponto cego em nossa literatura didática e de massa - a que se destina ao grande público. Essa reconstituição se fazia de várias maneiras: a negra se matava, abortava, matava

a criança confiada a sua guarda, assassinava o feitor, seduzia o branco, se aquilombava, fazia política... Só assim voltava a ser gente. Amélia fala de algumas lideranças históricas dessa luta: Aquelune, de Palmares; Luísa Mahini, a muçulmana revolucionária incansável que gerou o abolicionista Luís Gama; Maria Firmina, a maranhense que escolheu a pena para combater... (Mesmo eu, de ofício historiador, desconhecia a origem daquela provocação: Baiano depois de meio-dia vira mulher... É que na guerra contra os holandeses, elas rendiam os machos na hora do almoço.)

Não se deve, porém, pensar que tendo Amélia escrito uma história do ponto de vista da militante, a parte propriamente historiográfica tenha perdido. Chamo a atenção para as correlações que ela estabelece no capítulo Violência. A propósito do início da luta organizada de mulheres contra a violência, Amélia anota: "O primeiro (fato) ocorreu em São Paulo, quando uma mulher de classe média alta, casada com um professor universitário, branco, bastante considerado nos meios intelectuais, foi por ele espancada. Num momento em que não se falava na violência doméstica, pois um ditado popular até diz que 'em briga de marido e mulher não se mete a colher', essa mulher decidida foi à luta. Numa carta carregada de emoção, denuncia o crime praticado contra ela, ainda mais dolorido porque era cometido pelo homem amado". Adiante, Amélia leva o leitor a concluir que as circunstâncias daquela mulher - de classe, de cor, de status - foram decisivas na eclosão do movimento. Isso é fazer boa história, coisa que muito adepto do distanciamento do objeto não consegue.

Na altura do movimento militar de 64, Amélia dá voz às "marchadeiras" da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia). Faz isso com tal jeito que cheguei a me enternecer com elas. Não sei se acontecerá com todo leitor. A impressão triste que ficou daquelas marchadeiras foi a do samba de Zé Kéti (cantado já no *réveillon* de 64):

Marchou com Deus pela democracia.  
Agora chia, agora chia...  
Você perdeu a personalidade,  
Agora fala em liberdade!...

Amélia não as ataca, o que poderia acontecer num livro pouco inteligente de uma militante de esquerda que comeu o pão que o diabo amassou. Deixa-as falar com sua razão. O que aconteceu com elas? A história lhes deu uma punição exemplar - acabaram

marginalizadas pela ditadura que ajudaram a instalar. Os militares as apartaram, já não precisavam delas. Amélia não conta, mas provavelmente algumas terão se tornado, a

partir de 1968, digamos, militantes da causa democrática.

Assim é a breve história do feminismo no Brasil de Maria Amélia de Almeida Teles.

JOEL RUFINO DOS SANTOS ■

## Contrapassos da latinidade

### ¿ Y Nosotras Latinoamericanas? Estudios sobre género e raza.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.)

São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1992, 86 p.

Não é nova a busca dos conteúdos de uma identidade latino-americana entre nós. Ela tem sido objeto de inúmeras reuniões, colóquios, seminários Internacionais... No mais das vezes, constroem-se diálogos bem intencionados que tentam lançar as vigas de uma ponte utópica, por levantar. Da visão revolucionária do Che aos mecanismos econômicos que presidem à criação de zonas de livre-comércio, mais ou menos bem sucedidas, os esforços somam na direção de apontar caminhos para destrinchar o dedalo dessa identidade latino-americana.

Com a publicação dos textos apresentados por ocasião do Encontro Latino-Americano sobre Género e Raza, promovido pela Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, da Fundação Memorial da América Latina, e pelo Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos, da ECO/UFRJ, os alicerces desse projeto ganham solidez. As diferenças nos processos históricos, nas identidades culturais e lingüísticas, na composição étnica, mostram o quanto é difícil, mas não menos sedutor, pensar nossa latinidade. O desafio é grande pois, como afirmam Flores e Yudice, no artigo *Fronteiras Vivas/Buscando América: as línguas da formação latina*, "os latinos, essa mistura tão heterogênea de raças, classes e nacionalidades, são diferentes tanto das etnias 'mais antigas' quanto das novas. Os latinos nem mesmo compreendem uma 'etnia' relativamente homogênea", são antes "combinações raciais e nacionais" (p.69).

É discutindo etnicidade como prática (Flores e Yudice, p.81) e gênero também como

prática que os autores dessa coletânea pensam a América, elo genuíno da nossa heterogeneidade. Nesse sentido, a contribuição maior e mais original dos 11 artigos que compõem esses estudos sobre gênero e raza, e que tratam de espacialidades e temporalidades históricas distintas, reside, no nosso entender, em transfigurar a latinidade em configurações específicas que tomam as relações entre os sexos e entre brancos e negros na construção da nossa América (já que a questão racial não incorpora verdadeiramente os índios, mostrando que a diversidade étnica continua no limbo do pensamento contemporâneo, a não ser em algumas sociedades onde essa contradição revela-se antagonica, como no Canadá e no Québec).

É sem dúvida no artigo de Hilary Beckles que melhor apreende-se a imbricação da raza e do gênero, desta vez na desconstrução dos estereótipos coloniais e na desmistificação de uma eventual e oportuna solidariedade entre oprimidos e excluídos. Contestando a visão vulgar de que as mulheres brancas seriam anti-escravistas em função do seu sexo dominado e subordinado a uma ordem patriarcal, Beckles mostra com brilho que elas foram, no Caribe, agentes colonizadores ativos, embora não fossem legalmente livres como os homens brancos. Dispunham de alguma autonomia que lhes era dada pela sua condição de classe e pela sua cor, podendo atuar na periferia da economia urbana ainda pouco desenvolvida. Serviam-se da escravidão para assegurar estratégias de sobrevivência autônoma no interior de uma sociedade colonial e patriarcal, apoiando-se na sua supremacia racial. É na explicitação da alquimia entre categorias de gênero e raza, ora hegemônicas, ora subordinadas, que consiste o grande interesse de *¿ Y Nosotras Latinoamericanas?*

Os textos de Jean Franco, Elena Urrutia e Marisa Navarro Aranguren analisam os proces-